

PLANO DE ENSINO<sup>1</sup>

DISCIPLINA	TEORIA DO DIREITO							
DOCENTE	FERNANDO LEAL							
CÓDIGO	GRDDIR046	PERÍODO	1º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	60h	
EMENTA	Raciocínio jurídico: caracterização e diferenciação; o desafio realista e os limites da lógica formal; neutralidade judicial; normatividade; norma jurídica; competência; validade, vigência, eficácia e o problema do pertencimento; positivismo e não-positivismo; regras: estrutura e modelos de tomada de decisão; problemas de linguagem, sobreinclusão e subinclusão; interpretação extensiva, restritiva, analogia; o trabalho com precedentes; dogmática jurídica; princípios e proporcionalidade; dogmática jurídica.							
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionar a existência de um raciocínio tipicamente jurídico;</li> <li>• Desenvolver habilidades para trabalhar com regras, princípios e precedentes no direito;</li> <li>• Conhecer técnicas de interpretação e de justificação de decisões no âmbito do direito;</li> <li>• Conhecer a normatividade e a sua relação com a estrutura e a organização da ordem jurídica;</li> <li>• Problematicar as relações entre direito e moralidade para a identificação do direito válido;</li> <li>• Colocar os alunos em contato com temas e casos atuais de relevância jurídica;</li> <li>• Capacitar os discentes para o raciocínio abstrato;</li> <li>• Despertar a importância para o rigor conceitual;</li> <li>• Estimular o desenvolvimento de críticas internas e externas a teorias;</li> </ul>							
METODOLOGIA	Buscar-se-á permanentemente o desenvolvimento de raciocínio nos alunos, estimulando as suas capacidades analíticas, críticas e a habilidade de percepção da relação entre as discussões teóricas apresentadas em sala de aula e a realidade do direito. As aulas quase que em sua integralidade se desenvolverão a partir de casos e interações, a partir de perguntas, entre alunos e entre esses e o professor serão estimuladas. Privilegiar-se-á, sempre que possível, o contato com literatura primária, permitindo o contato com obras clássicas e atuais de importantes nomes da teoria do direito.							
HABILIDADE	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.						
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.						
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Exigência MEC		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	CNE/CES nºx, xx de xxx de xxx		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.						
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.						
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.						
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
X	<p>Outras: Informar sobre a natureza do direito e componentes da ordem jurídica.</p> <p>Identificar problemas jurídicos a partir do conhecimento da estrutura das normas jurídicas, do sistema jurídico e dos diferentes tipos de argumentos de decisões jurídicas;</p> <p>Conhecer os elementos básicos das decisões jurídicas, suas modalidades típicas de justificação e instrumentos metodológicos que levantam a pretensão de conduzir o processo decisório.</p> <p>Analisar decisões jurídicas concretas a partir dos conceitos instrumentais empregados e das concepções de Direito e do chamado problema da indeterminação jurídica.</p>							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO								
AULA	TEMA							
1	Apresentação do curso. Metodologia. Leituras. Avaliação							
2	As bases do raciocínio jurídico. Existe uma maneira tipicamente jurídica de pensar? O que a caracteriza? (2 encontros)							

<sup>1</sup> RAS GR FGV 008 N Plano de ensino Disc Obrigatória – REV00 – Elaborado em:

3	<b>Decisão, racionalidade e fundamentação. Em que sentido a decisão jurídica é lógica?</b>
4	<b>Em que medida se pode falar em neutralidade no direito? Raciocínio jurídico e o desafio realista (2 encontros)</b>
5	<b>Normatividade e norma jurídica. O direito como conjunto de relações normativas</b>
6	<b>Os elementos fundamentais da relação jurídica e as fontes de decisão. Direito objetivo e subjetivo.</b>
7	<b>Competência</b>
8	<b>Validade, eficácia e o problema do pertencimento. Início e término de vigência das leis.</b>
9	<b>A tensão entre as dimensões real e ideal do direito e a inclusão de elementos morais entre os critérios de validade. O debate entre positivistas e não-positivistas (2 encontros)</b>
10	<b>Regras: Estrutura e implicações (2 encontros)</b>
11	<b>Regras: problemas de incidência e de aplicação</b>
12	<b>Tipos de normas jurídicas. Regras, princípios e propósitos/políticas</b>
13	<b>A decisão com base em regras. Cânones tradicionais de interpretação: limites e possibilidades.</b>
14	<b>Raciocínio analógico</b>
15	<b>O trabalho com precedentes entre o raciocínio analógico e a aplicação de regras</b>
16	<b>O trabalho com princípios jurídicos.</b>
17	<b>Dogmática jurídica e orientação do procedimento decisório.</b>
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Serão realizadas duas provas durante o semestre. Na primeira avaliação é possível que parte da nota seja composta por um trabalho a ser realizado fora da sala de aula. Pelo menos uma das avaliações será realizada com consulta aos textos da disciplina.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	SCHAUER, Frederick. Pensando como um advogado. Trad. Rafael Pitta. Londrina: Troth, 2021. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução do Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica. Trad. Zilda H. S. Silva. São Paulo: Landy, 2005. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2016. DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002. HART, H.L.A., O Conceito de Direito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2011.

---

 Docente responsável

---

 Coordenadora de ensino da graduação